



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda.		UF: DF
ASSUNTO: Recredenciamento do Centro Universitário do Distrito Federal, com sede em Brasília, no Distrito Federal.		
RELATORA: Ludhmila Abrahão Hajjar		
e-MEC N°: 202002477		
PARECER CNE/CES N°: 459/2025	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 9/7/2025

I – RELATÓRIO

Cuida-se do pedido de recredenciamento do Centro Universitário do Distrito Federal, com sede na SEP SUL EQ 704/904, Conjunto A, Asa Sul, em Brasília, no Distrito Federal, mantido pelo Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 00.078.220/0001-38, com sede em Brasília, no Distrito Federal, protocolizado no sistema e-MEC sob o nº 202002477, em 6 de maio de 2020.

O processo foi instruído com: (a) análise documental; (b) avaliação externa *in loco*, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep; (c) Parecer Final da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES do Ministério da Educação – MEC.

Em 9 de junho de 2020, a instituição concluiu a fase do Despacho Saneador, com resultado parcialmente satisfatório. O processo foi então remetido à fase Inep – avaliação.

O processo de avaliação *in loco* fez-se no período de 17 a 19 de maio de 2023. Seu resultado implicou a atribuição dos seguintes conceitos para os cinco eixos avaliados:

Dimensões/Eixos	Conceitos
Dimensão 1 – Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional	5,00
Dimensão 2 – Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional	5,00
Dimensão 3 – Eixo 3 – Políticas Acadêmicas	4,67
Dimensão 4 – Eixo 4 – Políticas de Gestão	4,13
Dimensão 5 – Eixo 5 – Infraestrutura	4,65
Conceito Final Contínuo: 4,69	
Conceito Final: 5	

A Instituição de Educação Superior – IES e a SERES não impugnaram o Relatório de Avaliação.

Reproduzem-se as considerações da SERES sobre o processo:

[...]

8. CONSIDERAÇÕES DA SERES

[...]

As informações a seguir sintetizam a análise do atendimento dos requisitos da PN nº 20/2017 pela IES:

Requisitos - PN nº 20/2017		Sim	Não
Art. 3º. Na fase de parecer final, a análise dos pedidos de credenciamento e credenciamento terá como referencial o Conceito Institucional - CI e os conceitos obtidos em cada um dos eixos avaliados, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação e de medidas impostas no âmbito da supervisão, observando-se, no mínimo e cumulativamente, os seguintes critérios			
I. CI igual ou maior que três; <u>Justificativa: A IES obteve conceito "5" na avaliação in loco.</u>		X	
II. conceito igual ou maior que três em cada um dos eixos contidos no relatório de avaliação externa in loco que compõem o CI; <u>Justificativa: A IES obteve conceito igual ou maior que três em cada um dos eixos contidos no relatório de avaliação in loco.</u>		X	
III. plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação em vigor, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competentes; <u>Justificativa: A IES anexou os Planos de Acessibilidade e respectivo laudo no sistema e-MEC.</u>		X	
IV - atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente; e <u>Justificativa:</u> <u>O Plano de Fuga, em caso de incêndio e encontra-se anexado no sistema e-MEC, em observância às exigências estabelecidas nas alíneas "f" e "g" do inciso I do art. 20, do Decreto nº 9.235/2017.</u> <u>A IES anexou o Certificado de Licenciamento emitido para o imóvel localizado no endereço visitado pela Comissão do INEP.</u> <u>O referido documento comprova e integra a regularidade e o licenciamento das atividades nos principais órgãos públicos, dentre eles o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e a Vigilância Sanitária do Distrito Federal.</u>		X	
V - certidão negativa de débitos fiscais e de regularidade com a seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. <u>Justificativa:</u> Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União: Validade: 16/08/2025. Certificado de Regularidade do FGTS: Validade: 15/04/2025 a 14/05/2025.		X	

Requisitos - PN nº 20/2017			
Art. 6º. No pedido de credenciamento será instaurado protocolo de compromisso, mesmo que atendidos os critérios estabelecidos pelo art. 3º desta Portaria, caso os seguintes indicadores obtenham conceito insatisfatório igual ou menor que 2 (dois):	Sim	Não	Não Se Aplica
I. PDI e políticas institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e à responsabilidade social; <u>Justificativa: Conforme relatório INEP, este indicador recebeu conceito "5".</u>	X		
II. PDI e política institucional para a modalidade EaD;	X		

<u>Justificativa: Conforme relatório INEP, este indicador recebeu conceito “5”.</u>			
III. política de atendimento aos discentes;	X		
<u>Justificativa: Conforme relatório INEP, este indicador recebeu conceito “5”.</u>			
IV. processos de gestão institucional;	X		
<u>Justificativa: Este indicador recebeu conceito “4”.</u>			
V. salas de aula;	X		
<u>Justificativa: Conforme relatório INEP, este indicador recebeu conceito “4”.</u>			
VI. estrutura de polos EaD, quando for o caso;			X
<u>Justificativa: Não se Aplica</u>			
VII. infraestrutura tecnológica;	X		
<u>Justificativa: Conforme relatório INEP, este indicador recebeu conceito “5”.</u>			
VIII. infraestrutura de execução e suporte;	X		
<u>Justificativa: Conforme relatório INEP, este indicador recebeu conceito “5”.</u>			
IX. recursos de tecnologias de informação e comunicação;	X		
<u>Justificativa: Conforme relatório INEP, este indicador obteve conceito “4”.</u>			
X. AVA, quando for o caso;	X		
<u>Justificativa: : Conforme relatório INEP, este indicador obteve conceito “5”.</u>			
XI. laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	X		
<u>Justificativa: Este indicador obteve conceito “5”.</u>			
XII. bibliotecas: infraestrutura;	X		
<u>Justificativa: Este indicador obteve conceito “4”.</u>			

Para a verificação da pertinência e viabilidade do pedido de credenciamento como CENTRO UNIVERSITÁRIO da Instituição em referência procedeu-se à análise do processo à luz dos requisitos e especificações do Decreto nº 9.235/2017 e da Resolução CNE/CES nº 1, de 20 de janeiro de 2010 e alterações:

Requisitos - Decreto nº 9.235/2017 e Resolução CNE/CES nº 1, de 20 de janeiro de 2010, e alterações	Sim	Não
Art. 2º. A criação de Centros Universitários será feita por credenciamento de Faculdades já credenciadas, em funcionamento regular; há, no mínimo, 6 (seis) anos, e que tenham obtido conceito igual ou superior a 4 (quatro), na avaliação institucional externa, no ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) imediatamente anterior.	X	
<u>Justificativa: A IES funciona há mais de 6 anos e obteve conceito “5” no ciclo avaliativo.</u>		
Art.3º I - mínimo de 20% (vinte por cento) do corpo docente contratado em regime de tempo integral;	X	
<u>Justificativa: Conforme informações do relatório INEP, a IES possui 280 docentes, dos quais 66 (23,57%) são contratados em regime de tempo integral.</u>		
II - mínimo de 33% (trinta e três por cento) do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;	X	
<u>Justificativa: Conforme informações do relatório INEP, “Através dos documentos apensados no drive institucional foi possível verificar que mais de 80% do corpo docente é composto por mestres e doutores.”.</u>		
III - mínimo de 8 (oito) cursos de graduação reconhecidos e com conceito satisfatório obtido na avaliação realizada pelo Ministério da Educação;	X	
<u>Justificativa: A IES possui mais de 8 cursos de graduação reconhecidos e com conceito satisfatório.</u>		
IV - plano de desenvolvimento institucional e proposta de estatuto compatíveis com a solicitação de transformação em Centro Universitário;	X	
<u>Justificativa: Constam no presente processo o PDI (2021-2025) e Estatuto compatíveis com a</u>		

<u>organização acadêmica de Centro Universitário.</u>		
V - programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação;	X	
Justificativa: <u>Este indicador obteve conceito “5”.</u>		
VI - programa de iniciação científica com projeto orientado por professores doutores ou mestres, podendo também oferecer programas de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência;	X	
Justificativa: <u>Este indicador obteve conceito “5”.</u>		
VII - plano de carreira e política de capacitação docente implantados;		
Justificativa: <u>O item “Política de capacitação docente e formação continuada” recebeu conceito “4”.</u>	X	
Convém ressaltar que a reforma trabalhista estabeleceu (§ 2º do art. 461 da CLT) que não há necessidade de que o empregador faça a homologação ou o registro do seu quadro de carreira ou plano de cargos e salários junto ao Ministério do Trabalho para ter validade.		
VIII - biblioteca com integração efetiva na vida acadêmica da Instituição e que atenda às exigências dos cursos em funcionamento, com planos fundamentados de expansão física e de acervo;	X	
Justificativa: <u>O indicador “Bibliotecas: plano de atualização do acervo” obteve conceito “4”. A infraestrutura da biblioteca conceito “4”.</u>		
IX - não ter sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, relativamente à própria instituição ou a qualquer de seus cursos, as penalidades de que trata o § 1º do art. 46 da Lei nº 9.394/1996, regulamentado pelo art. 52 do Decreto nº 5.773/2006.	X	
Justificativa: <u>Em consulta ao sistema e-MEC, não há registro de penalidades sofridas pela Instituição.</u>		
X - não ter sofrido qualquer das penalidades de que trata o § 1º do art. 46 da Lei nº 9.394/1996, regulamentado pelo art. 52 do Decreto nº 5.773/2006;		
Justificativa: <u>Em consulta ao sistema e-MEC, não há registro de penalidades sofridas pela Instituição.</u>	X	

Da análise dos autos, conclui-se que a Instituição em referência possui condições excelentes de infraestrutura, de organização acadêmica e de organização administrativa. O Relatório de Visita produziu um Conceito Institucional – CI “5”. Ademais, a instituição atendeu a todas as condições para recredenciar como Centro Universitário, nos termos do Decreto nº 9.235/2017, da PN nº 20/2017 e da Resolução CNE/CES nº 1, de 20 de janeiro de 2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2, de 23 de junho de 2017.

Além disso, os Planos de Acessibilidade e de Fuga, em caso de incêndio, bem como seus respectivos laudos, encontram-se anexados no sistema e-MEC, em observância às exigências estabelecidas nas alíneas “f” e “g” do inciso I do art. 20, do Decreto nº 9.235/2017.

A IES anexou o Certificado de Licenciamento emitido para o imóvel localizado no endereço visitado pela Comissão do INEP.

Considerando a Portaria Normativa nº 1/2017, que estabelece os prazos de validade dos atos regulatórios de credenciamento e recredenciamento das IES, o prazo de validade do Ato de recredenciamento para a Instituição em epígrafe será de 5 (cinco) anos, de acordo com Conceito Institucional da IES obtido no presente processo.

Destarte, considerando que o processo de credenciamento encontra-se em conformidade com o disposto no Decreto nº 9.235/2017, bem como com as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas no DOU de 03 de setembro de 2018, e fundamentando-se, principalmente, nos resultados obtidos nas avaliações in loco, esta Secretaria manifesta-se favoravelmente ao pedido.

8. CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando a instrução processual e a legislação vigente, esta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior é de parecer FAVORÁVEL ao credenciamento do CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL – UDF (cód. 518), situado na SEP SUL EQ 704/904, Conjunto A, Asa Sul, em Brasília, no Distrito Federal. CEP: 70390-045, mantido pelo CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO FEDERAL LTDA. (cód. 359), com sede em Brasília, no Distrito Federal, pelo prazo de 5 anos, submetendo o presente processo à deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Considerações da Relatora

Considerando-se o conteúdo do instrumento de avaliação do Inep, com conceito final cinco, e o resultado da apreciação da SERES, referente ao Centro Universitário do Distrito Federal, esta Relatora entende que deve ser deferido seu credenciamento.

A SERES, em 29 de abril de 2025, manifestou-se favorável ao pedido de credenciamento do Centro Universitário do Distrito Federal, por efeito do preenchimento dos requisitos do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nos termos das Portarias Normativas MEC nºs 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Encaminha-se, então, o seguinte voto para apreciação da colenda Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CES/CNE.

II – VOTO DA RELATORA

Voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário do Distrito Federal, com sede na SEP SUL EQ 704/904, Conjunto A, Asa Sul, em Brasília, no Distrito Federal, mantido pelo Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda., com sede em Brasília, no Distrito Federal, observando-se tanto o prazo de cinco anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Brasília-DF, 9 de julho de 2025.

Conselheira Ludhmila Abrahão Hajjar – Relatora

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto da Relatora.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2025.

Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. – Presidente

Conselheira Luciane Bisognin Ceretta – Vice-Presidente

AGUARDANDO HOMOLOGAÇÃO